

Elaboração de Programa de Desenvolvimento de uma “Região Nova”: O Caso do Oeste da Bahia – Brasil

SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA *

O objetivo deste trabalho é o de apresentar as principais observações produzidas, a pedido do Governo do Estado da Bahia, como subsídio ao processo de implantação de um novo Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, o que efetivamente ocorreu em fins de 1987, com duração prevista até março de 1991, em sua forma original.

Somente a partir de 1980, marco indicador da importância das transformações regionais, é que a Região Oeste do Estado passou a receber atenção especial do Governo da Bahia com a criação do chamado Programa de Ocupação Econômica do Oeste. O Governo Federal já dedica esforços (ainda que não muito expressivos quanto aos resultados) para o desenvolvimento desta região desde 1948, quando da criação da Comissão do Vale do São Francisco, hoje Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, inspirada no modelo da bem sucedida TVA — Tennessee Valley Authority/Estados Unidos. Toda a Região Oeste da Bahia está incluída na bacia do médio São Francisco.

A questão básica colocada em meados de 1987 foi a seguinte: o que propor como fundamental na montagem de um programa de desenvolvimento de uma área em rápido processo de transformação?

1. PRINCÍPIOS GERAIS DE UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O papel do Governo do Estado da Bahia, no contexto do subdesenvolvimento, caracteriza-se por apresentar uma grande complexidade em função da gravidade dos problemas estruturais e conjunturais. Isto deve levar o Estado a planejar e executar suas ações de forma objetiva e integrada através da introdução de importantes mudanças no quadro de dificuldades estruturais e conjunturais, tentando atingir patamares de desenvolvimento bem mais elevados. Para tanto, dois critérios político-estratégicos surgem como básicos, ou seja, como verdadeiros princípios de ação:

* Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador — Bahia, Brasil.

- a) o Estado deve necessariamente tentar assegurar o funcionamento eficiente e dinâmico do sistema econômico-social garantido e ampliando significativamente as condições gerais de produção;
- b) o Estado deve necessariamente tentar assegurar o funcionamento equitativo do sistema econômico-social garantindo e ampliando significativamente as condições gerais de acesso, o mais igualitário possível, aos bens e serviços por parte de toda a população.

Estes princípios gerais de política de Governo atuam de forma conjunta, o que implica em considerar que quando se privilegia um determinado aspecto o outro é prejudicado. Assim, quando ocorre a maximização da eficiência, por exemplo, em elevadas taxas de crescimento, há o desencadeamento de poderosas forças de concentração que acabam por comprometer os aspectos ligados à justiça social. Por outro lado, a maximização da busca de uma igualdade social pode levar, através de uma pulverização de recursos, por exemplo, a um comprometimento do desempenho dos setores produtivos. A busca de uma equilibrada e consciente integração entre estes dois critérios reveste-se, portanto, da maior relevância para o direcionamento das ações do setor público.

É preciso também considerar que os critérios de eficiência e equidade abrangem todas as ações de Governo, tomadas por setores e integralmente e que as mesmas repercutem sobre todo o território.

É necessário, agora, tentar entender o que significa desenvolvimento cuja consecução deve ser o objetivo maior de uma política de Governo baseada em sólidos princípios de eficiência e equidade. Com base em Hermansen (1972), o desenvolvimento pode ser entendido, de forma ampla, como um processo contínuo de mudanças que ocorrem nos espaços econômicos, sociais, culturais e institucionais e no espaço geográfico, mudanças estas que devem ter significativa repercussão no aumento geral do bem estar da comunidade. Este conceito direciona, portanto, importantes perspectivas de ação nas questões econômicas, sociais, culturais, institucionais e nas questões regionais visando, efetivamente, atingir padrões de vida mais elevados sobre todo o território.

O problema do desenvolvimento regional coloca-se como uma questão de escala na perspectiva geral do desenvolvimento, assumido destacadamente, no caso brasileiro, duas importantes características. A primeira delas é a de que o processo histórico de crescimento do País configurou enormes desequilíbrios regionais — dos mais elevados do mundo — como resultado dos poderosos mecanismos de concentração que foram implementados sobretudo no Sudeste via maximização do princípio de eficiência. A segunda característica é a de que este processo de crescimento deixou marginalizadas, durante longo tempo, enormes áreas periféricas, potencialmente muito favoráveis em termos de recursos. Nas últimas décadas, entretanto, muitas destas áreas passaram a sofrer profundas transformações, integrando-se, sob diferentes formas aos setores modernos e às regiões dinâmicas do País.

Comparativamente, o exemplo da Bahia assemelha-se, grosso modo, ao caso brasileiro como um todo. Assim, o Estado apresenta historicamente grande con-

centração econômica em somente duas regiões, a Região Metropolitana de Salvador e a Região Cacaueira, e áreas adjacentes, com significativo predomínio da primeira, em detrimento de todas as demais regiões baianas. E a Região Oeste do Estado aparece como uma grande área longamente marginalizada apesar da importância de seus recursos. Só recentemente é que ela tem se dinamizado, como veremos a seguir.

Nos dois casos, no brasileiro e no da Bahia, há nas últimas décadas, crescente conscientização sobre estas questões e um conjunto de ações dirigidas e/ou espontâneas tem sido elaborado visando maior descentralização espacial no processo de crescimento, incorporando, de forma constante, novas e extensas áreas aos sistemas produtivos. Pode-se dizer que a expansão da fronteira econômica tornou-se fundamental para assegurar o contínuo crescimento da economia brasileira. Assim, tornou-se necessário definir uma política de desenvolvimento da Região Oeste da Bahia, objetivando o aproveitamento eficiente de seus recursos com elevação generalizada dos padrões de vida, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento de toda a Bahia, do Nordeste e do País.

2. CONCEITO E DELIMITAÇÃO DA REGIÃO OESTE DA BAHIA

Considerando os objetivos de um programa voltado para a promoção do desenvolvimento regional, o conceito de região que melhor se adapta à delimitação da Região Oeste do Estado da Bahia é o de Região-Programa, ou seja, o de uma determinada área submetida política e institucionalmente a um processo de planejamento integrado, envolvendo a efetivação de políticas, estudos, programas e projetos especiais. Assim, para a conceituação e delimitação da Região Oeste do Estado, é preciso considerar como pressupostos básicos os seguintes aspectos:

- a) a decisão política do Estado da Bahia em promover prioritariamente ações para o desenvolvimento da parte oeste de seu território;
- b) a importância das características ambientais predominantes na Bacia do Médio São Francisco Baiano e sua relação com os sistemas de produção, o seu dinamismo e as articulações existentes entre si e com outras áreas do Estado.
- c) a atuação real ou potencial de outros programas de desenvolvimento regional do Estado, em sua metade oeste.

A primeira característica induz necessariamente a uma definição bem ampla do Oeste, tomado de forma puramente locacional, ou seja, em contraposição à porção Leste do Estado. A segunda observação permite compartimentar esta grande área ocidental em unidades geo-econômicas com certa homogeneidade e mais ou menos integradas entre si. Por último, o terceiro pressuposto valoriza outros programas de ação regional existentes ou que deveriam ser constituídos.

O conceito de Região Oeste como a metade ocidental do território baiano é por demais abrangente, incorporando várias sub-áreas com problemas e características bem diversas. A combinação dos dois últimos pressupostos permite chegar a uma definição mais operacional. Assim, devemos considerar que na

parte ocidental do Estado da Bahia estão bem caracterizadas as unidades geo-econômicas dos Chapadões do Oeste, do Vale do Médio São Francisco, da Barragem de Sobradinho, do Planalto de Irecê, da Chapada Diamantina e da Serra do Espinhaço.

Duas destas grandes unidades, a dos Chapadões do Oeste (onde predomina o cerrado e a do Vale Médio São Francisco(com predomínio da caatinga) estão bastante integradas entre si e abrangem grande parte do Oeste geográfico. Com as demais, o grau de integração é bem menos. A existência de outros programas de ação regional deve ser mencionada em duas unidades geo-econômicas, ou seja, na Barragem de Sobradinho até a área de Juazeiro e no Planalto de Irecê, programas estes que deveriam ser reforçados. Nas demais unidades geo-econômicas, justifica-se plenamente a implantação de programas específicos, considerando a importância de suas características e de seus problemas.

Desta forma, a Região Oeste do Estado da Bahia, objeto deste programa de desenvolvimento regional, deveria corresponder à agregação das áreas geo-econômicas dos Chapadões e do Vale Médio do São Francisco, constituindo hoje uma verdadeira fronteira econômica de importância nacional. Adaptando este conceito à base municipal de 1980, fazem parte desta região todos os municípios do Estado da Bahia localizados a oeste do rio São Francisco até a altura de Barra, incluindo este, e, na margem direita, os municípios ribeirinhos de Xique-Xique a Malhada, inclusive.

Com isto, o conceito de Região Oeste abrange um vasto e importante conjunto geo-econômico da Bahia e assegura sua integração com as demais áreas do Estado, sobretudo através do sistema fluvial e do sistema rodoviário. Neste último sistema destacam-se dois eixos, o eixo Barreiras-Ibotirama-Salvador e o de Santa Maria da Vitória-Bom Jesus da Lapa-Vitória da Conquista-Ilhéus. A inclusão de Xique-Xique deverá assegurar, estrategicamente, a implementação de mais um importante eixo leste-oeste, ou seja, Salvador-Feira de Santana-Irecê-Xique-Xique-Barra e todo o vale do rio Grande.

Com esta delimitação, fazem parte da Região Oeste, 27 municípios (base estatística de 1980), a saber: Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Canápolis, Carinhanha, Catilândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Malhada, Morpará, Paratinga, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santana, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Xique-Xique. A figura 1 mostra a distribuição esquemática das áreas de cerrado, florestas e de caatinga e a figura 2 mostra as cidades, a rede de transportes e sua articulação com outras regiões do País.

É preciso observar que a rigor não se trata de uma região nova, no sentido da ocupação de uma área até então desabitada. Com efeito, toda esta região já foi sendo sistematicamente ocupada desde o século XVIII, ao longo do rio São Francisco e de seus afluentes principais, ocupação esta apoiada na expansão da pecuária extensiva. O conceito de região nova, neste caso do Oeste, é o de uma área tradicional, pouco povoada, que vem sofrendo grandes e rápidas transforma-

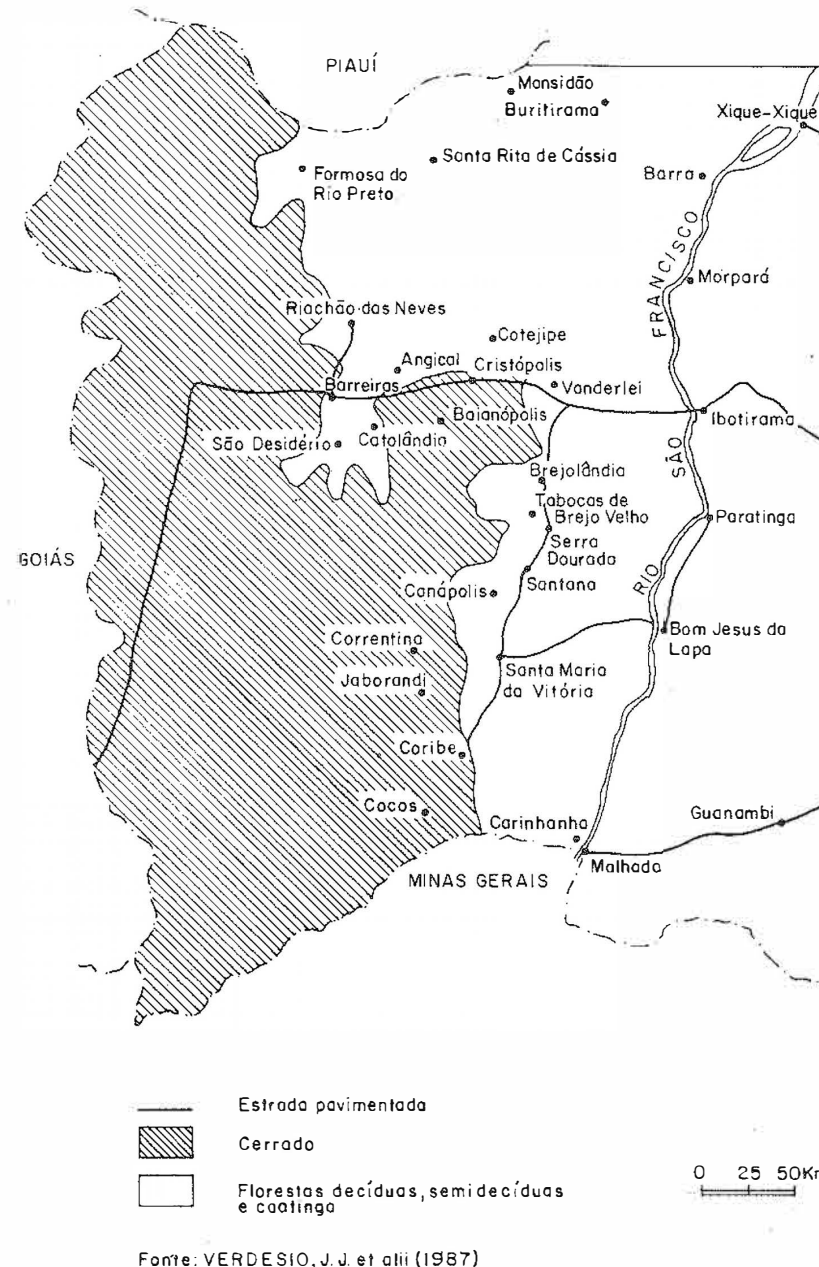


FIGURA 1: Região Oeste da Bahia — Distribuição das áreas com cerrados, florestas e caatingas

ções com a expansão da agricultura moderna a tal ponto que as novas características é que passam a ser preponderantes sobre as demais.

Com esta configuração, a Região Oeste do Estado da Bahia possui uma extensa área de 163.467 km² (29% do Estado) e uma população que se aproxima rapidamente de 800.000 habitantes (7% do Estado). A tabela 1 mostra a evolução da população dos municípios da região para o período 1940-80 e as projeções para 1990 e 2000. A tabela 2 apresenta a população dos centros urbanos, com destaque para Barreiras (11,3% de crescimento médio anual) e Santa Maria da Vitória (8,9% a.a.).

3. OBJETIVOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO OESTE DA BAHIA

O objetivo deste programa do Estado da Bahia deve ser o de desencadear uma série de atividades visando assegurar condições para efetivo processo de desenvolvimento regional do Oeste do Estado da Bahia, região que se caracteriza por rápido e problemático processo de transformação econômica e social. Com efeito, nos últimos 15 anos esta região tem sofrido uma grande dinamização de sua base produtiva o que a coloca como uma das mais importantes e promissoras áreas de crescimento do Estado, do Nordeste e do País. Isto permite definir esta região como uma dinâmica "fronteira econômica", ou seja, uma área periférica que cresce rapidamente graças ao aproveitamento de novos e importantes recursos.

Como estas transformações foram produzidas desordenadamente sobre um quadro tradicional de baixas densidades demográficas e econômicas, com o primado de pecuária extensiva, de sistema de roças, de sistema primário de ocupação de várzeas e brejos e de sistema semi-extensivo tradicional de encostas e vales, os problemas foram se acumulando progressivamente tanto no quadro rural como no urbano (Diniz, 1982). Hoje a região conta com importantes áreas irrigadas, pecuária melhorada, reflorestamento, projetos alcooleiros e sojicultura o que já desencadeou expressivos movimentos migratórios. O destaque deve ser dado à moderna cultura da soja para exportação, nos cerrados, praticada, em sua quase totalidade por agricultores, empresas e cooperativas originários dos Estados do Sul e Sudeste do País. A implantação da soja e de outros grãos, em grande escala, no Oeste da Bahia corresponde à fase mais recente do processo de ocupação econômica dos cerrados brasileiros, iniciado na década de 70 com forte apoio governamental, nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A produção estimada de soja do Oeste da Bahia, para 1988, é de 400.000 toneladas e as projeções para o ano 2.000 indicam uma cifra superior a 1.000.000 t para a soja e 2.000.000 t para todos os grãos. Esta rápida expansão no Oeste da Bahia só passa a ocorrer no final da década de 70. Antes, no início dos anos 70, a implantação da rodovia Brasília-Barreiras-Salvador trouxe uma grande melhoria para as relações inter-regionais, superando a dependência do problemático transporte fluvial e contribuindo para redefinir as funções econômicas do Oeste. O asfaltamento completo desta estrada só foi concluído em meados dos anos 80, incluindo a construção da ponte sobre o rio São Francisco em Ibotirama.

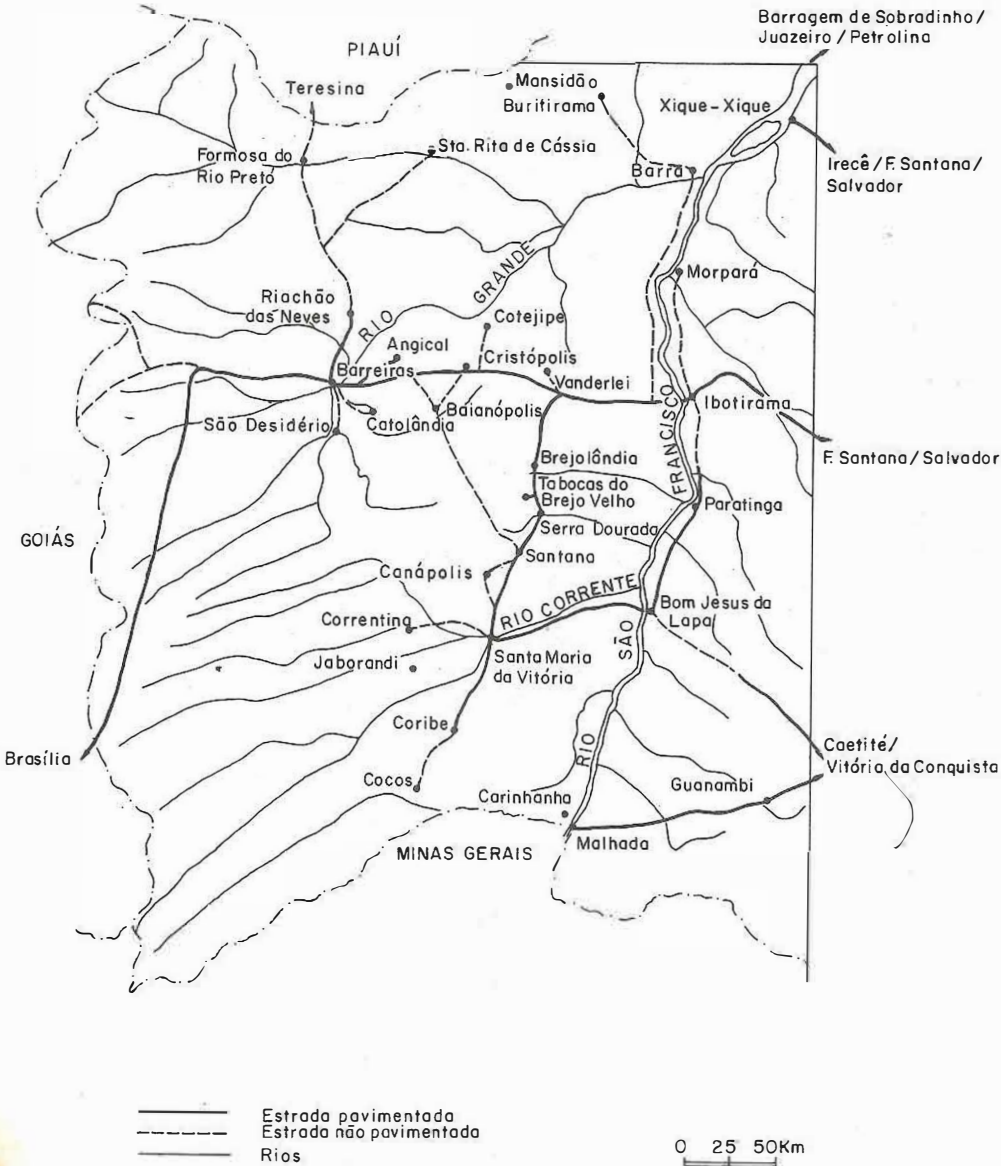


FIGURA 2: Região Oeste do Estado da Bahia

Tabela 1

REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, 1940, 1960, 1980
E PROJEÇÃO PARA 1990 E 2000

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL				
	1940	1960	1980	1990 *	2000 *
Angical	8.497	9.845	11.863	12.345	12.837
Baianópolis	6.283	7.520	9.577	10.094	11.152
Barra	25.388	36.514	51.449	99.455	57.608
Barreiras	13.874	16.396	41.462	99.455	268.276
Bom Jesus da Lapa	13.627	23.234	69.202	109.705	186.359
Brejolândia	2.958	4.794	9.044	10.032	11.147
Canápolis	4.171	5.798	9.443	10.990	13.074
Carinhanha	7.439	11.820	22.286	26.144	31.861
Catolândia	1.793	1.865	3.173	5.212	8.751
Côcos	7.100	11.281	15.738	19.002	23.585
Coribe	4.667	12.809	18.851	20.458	24.851
Correntina	23.267	24.086	34.785	40.000	46.578
Cotegipe	7.320	12.600	22.555	20.904	25.442
Cristópolis	5.718	6.784	9.977	14.666	16.138
Formosa do Rio Preto	6.670	7.941	11.886	18.273	34.196
Ibotirama	7.072	7.255	17.157	29.097	54.490
Malhada	5.446	9.662	19.674	19.503	22.174
Morpará	3.418	5.990	7.192	7.531	8.302
Paratinga	9.033	16.716	20.548	23.432	27.897
Riachão das Neves	7.434	10.740	18.287	14.483	23.048
Santa Maria da Vitória	13.090	20.715	38.750	57.676	107.382
Santana	12.285	16.233	21.899	24.309	29.684
Santa Rita de Cássia	10.055	15.839	26.351	31.643	40.069
São Desidério	10.233	11.597	14.924	16.861	20.251
Serra Dourada	7.412	9.079	16.632	18.966	22.459
Tabocas do Brejo Velho	5.568	6.941	10.663	13.990	19.154
Xique-Xique	13.890	22.589	42.318	56.997	85.213
TOTAL	243.708	346.643	595.686	788.584	1.231.978

* Projeção com base na média geométrica de 70/80 (soma das projeções das populações do campo e das cidades). Base municipal de 1980.

Tabela 2

REGIÃO OESTE DO ESTADO DA BAHIA
POPULAÇÃO DOS CENTROS URBANOS 1940, 1960, 1980
E PROJEÇÃO PARA 1990 E 2000

CENTROS URBANOS	POPULAÇÃO				
	1940	1960	1980	1990 *	2000 *
Angical	961	1.374	1.758	1.815	1.873
Baianópolis	472	484	901	1.268	1.786
Barra	4.065	7.237	10.777	12.983	15.640
Barreiras	4.207	7.175	30.055	87.767	256.301
Bom Jesus da Lapa	2.330	6.107	19.861	30.921	48.140
Brejolândia	364	529	852	1.063	1.326
Canápolis	260	310	381	2.430	3.772
Carinhanha	1.267	2.163	5.074	8.111	12.967
Catolândia	260	310	381	373	365
Côcos	915	1.427	3.667	5.771	9.083
Coribe	381	739	2.362	4.902	10.175
Correntina	1.641	2.636	4.430	6.592	9.810
Cotegipe	723	930	2.338	4.563	8.905
Cristópolis	—	355	1.721	5.063	4.968
Formosa do Rio Preto	1.085	1.317	3.623	9.491	24.863
Ibotirama	1.104	2.556	9.313	20.170	43.685
Malhada	538	777	1.420	1.578	1.753
Morpará	663	1.708	2.533	3.031	3.626
Paratinga	2.055	2.403	4.733	7.273	11.177
Riachão das Neves	483	1.092	3.180	5.434	9.285
Santa Maria da Vitória	1.685	3.208	16.289	38.243	89.787
Santana	2.446	4.357	7.830	11.561	17.070
Santa Rita de Cássia	1.456	2.288	5.113	7.364	10.606
São Desidério	703	1.300	2.566	3.926	6.008
Serra Dourada	820	1.087	2.142	3.688	6.351
Tabocas do Brejo Velho	—	—	1.255	2.660	4.647
Xique-Xique	2.519	5.467	17.604	30.659	53.395

* Projeção com base na média geométrica de 1970/80.

É preciso, portanto, maximizar os aspectos políticos, econômicos e sociais, da rápida expansão das atividades produtivas, gerando novos recursos de interesse da região, do Estado e do País, contribuindo também para a melhoria do padrão de vida da população e evitando que o meio ambiente seja comprometido de forma irreversível.

Para que este processo de crescimento não se dê de forma caótica, gerando graves problemas sociais e ambientais, é preciso que o setor público tenha condições estratégicas de interferir na dinâmica regional através de uma eficiente avaliação dos problemas regionais e da efetivação de projetos especiais. Assim, o que se propõe aqui não é um Plano de Desenvolvimento Regional, considerando as dificuldades de obtenção de recursos compatíveis a curto prazo, mas a implantação de um processo contínuo de ação regional planejada com 3 vertentes principais:

- integração institucional;
- execução de estudos estratégicos;
- execução de projetos especiais de intervenção.

Os estudos estratégicos levantarão de imediato as maiores prioridades regionais a serem atendidas através de uma eficiente integração institucional, abrangendo todos os órgãos que atuam na área, e da execução de projetos especiais de desenvolvimento. Para tanto, são necessárias as seguintes condições:

- forte decisão política para apoio prioritário ao processo de desenvolvimento da região como um todo;
- consciência das proporções dos processos e mecanismos que serão desencadeados;
- definição clara da coordenação consultiva e executiva para o bom encaminhamento dos trabalhos e da avaliação; e
- dinamismo no processo de captação de recursos.

Com isto, o Estado da Bahia, através da ação de suas diferentes instituições, poderá ter um marco racional em sua política na área, contribuindo para que sejam atingidos níveis mais elevados de eficiência e de equidade.

4. MEDIDAS PROPOSTAS

A seguir são listados os principais elementos de cada vertente, conforme foi mencionado anteriormente.

a. *Integração institucional:*

- política de desenvolvimento regional no Oeste da Bahia: proposta de um modelo aberto politicamente e diversificado do ponto de vista econômico;
- implantação de formas integradas de ação regional: proposta de um sistema de relações setoriais;
- sistema de informações para o desenvolvimento regional (banco de dados, processamento e mapeamento automatizados).

b. *Estudos estratégicos:*

- levantamento do potencial agropecuário e definição de áreas produtivas;
- levantamento do potencial para as atividades de reflorestamento e avaliação das áreas reflorestadas;
- padrões sócio-econômicos do processo de ocupação da região;
- funções urbanas para o desenvolvimento regional (análise dos serviços existentes e proposta de uma nova organização do terciário);
- avaliação das necessidades de transporte da região (rodoviário, fluvial, aéreo, articulação intermodal);
- avaliação das necessidades de telecomunicações e de informática na região;
- avaliação do potencial e das necessidades energéticas regionais;
- problemas e potencialidades da pesca regional;
- recursos minerais no Oeste: avaliação e perspectivas;
- estudos sobre o potencial hídrico;
- assistência técnica e extensão rural na região: balanço e proposições;
- agentes e mecanismos de financiamento na região;
- oportunidades industriais e agro-industriais na região;
- dimensionamento dos problemas habitacionais e saneamento;
- problemas de armazenamento na região;
- levantamento e avaliação dos agentes institucionais e de suas ações na região;
- emergência dos problemas ambientais.

c. *Projetos especiais de intervenção:*

- produção de hortifrutigranjeiros na região (em áreas prioritárias);
- regionalização dos equipamentos e serviços urbanos;
- projetos especiais na área de transporte: articulação intra e inter-regional, desenvolvimento de estradas vicinais;
- desenvolvimento das telecomunicações e da informática na região através de projetos especiais;
- prioridades energéticas da região: projetos especiais;
- projetos especiais na área de pesca;
- projetos especiais na área da produção mineral;
- melhoria da assistência técnica e da extensão rural na região;
- projetos na área de armazenamento;
- financiamento do desenvolvimento regional;
- projetos emergenciais nas áreas de habitação e saneamento;
- sistema de acompanhamento das questões ambientais.

5. PROGRAMA DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Alguns dos estudos acima sugeridos e outros, em suplemento aos mesmos, devem ser realizados de modo integrado, num programa montado em estreita ligação com as atividades de planejamento, visando assegurar o conhecimento dos problemas básicos e contribuir para a efetivação de um processo de tomada de decisões lógico e consistente. Trata-se de um programa de pesquisas que irá, de forma bastante original, acompanhar o recente processo de formação de uma nova região dinâmica o que permitirá, ao lado da integração com o planejamento, uma vivência direta com os problemas estruturais e conjunturais e a proposição de mudanças objetivando o pleno desenvolvimento desta região.

A seguir, será apresentada uma relação preliminar dos estudos que devem ser propostos para fins de financiamento, integrando e detalhando o que está contido no item estudos estratégicos:

- Balanço integrado do conhecimento atual dos recursos naturais da região e proposição fundamentada visando o seu aproveitamento;
- Emergência dos problemas ambientais: avaliação e recomendações. Análise da relevância das questões ambientais, suas perspectivas e proposição de medidas adequadas ao processo de desenvolvimento.
- Avaliação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas. Diagnóstico detalhado das principais bacias do oeste no tocante à potencialidade de seus recursos hídricos e interação com os demais recursos naturais. Relação do aproveitamento destes recursos no processo de desenvolvimento;
- Estrutura agrária e desenvolvimento regional. Avaliação das questões da estrutura da terra com o processo de planejamento para o desenvolvimento regional. Perspectivas de mudança.
- Estrutura de produção e desenvolvimento regional. Análise integrada de todo o processo produtivo destacando o papel de cada agente (pequenos, médios e grandes produtores) e as interrelações decorrentes e seus problemas. Projeções.
- Padrões sócio-econômicos do processo de ocupação da região. Estudos sobre a evolução e características da formação regional; estudos gerais sobre a população regional, perfis sociais e econômicos da população, processo migratório e dimensionamento da pobreza urbana e rural. Projeções.
- Estrutura espacial do oeste baiano. Características especiais e propostas de regionalização, processo de urbanização, estrutura e hierarquia urbana, relações intra e inter-regionais, impacto dos novos projetos sobre a estrutura espacial. Alternativas de organização espacial.
- Dimensionamento dos problemas de habitação e saneamento. Características habitacionais e análise de questões de saneamento básico na região. Demanda habitacional atual e projetada.
- Situação da saúde na região oeste. Características gerais, condições epidemiológicas, avaliação dos serviços de saúde. Perspectivas.

- Diagnóstico educacional da região oeste. Nível de instrução da população. Análise da demanda e oferta de 1.º e 2.º graus, principais problemas educacionais, o ensino técnico. Perspectivas.
- Modelos de desenvolvimento regional. Análise integrada da base econômico-social da região e seus problemas, os novos projetos, adequação de modelos e de políticas de desenvolvimento regional, proposição de alternativas para o desenvolvimento do oeste.

6. RESULTADOS ALCANÇADOS

Como resultado das discussões mantidas em 1987 sobre o desenvolvimento do Oeste da Bahia, o Governo do Estado implantou, em novembro do mesmo ano, o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano.

O Governo do Estado produziu um documento-síntese contendo as referências fundamentais do programa, as ações imediatas e um decreto (de n.º 533 de 7-11-87), criando o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, com a finalidade de ordenar as ações do governo na região.

O termo de referência delimita a região-programa, com base nas considerações aqui apresentadas, identifica o sentido de um programa para o Oeste Baiano (vontade política) e o processo em marcha na região (rápidas mudanças econômicas e sociais), apresenta as justificativas (de ordem estratégica e institucional) e a estratégia das intervenções (de natureza social e econômica) e, finalmente, esclarece o caráter político do processo de intervenção (aberto e participativo).

No mesmo documento, o governo define um conjunto de ações básicas a serem imediatamente implementadas na região nas áreas da Justiça e Segurança, Desenvolvimento Social (Educação, Saúde, Cultura, Habitação, Planejamento Urbano, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário), Infra-estrutura (Energia Elétrica, Rodovias, Aeroportos, Portos fluviais, etc), Produção (Projetos de Assentamento, Regularização Fundiária, Reforma Agrária, Comercialização, Irrigação, Armazenagem, Pesca, Turismo, Beneficiamento de Calcáreo, etc), Estudos (Programa de Estudos para o Desenvolvimento do Oeste Baiano, Reestruturação da Unidade de Pesquisa Agrícola do Estado em Barreiras, Estudo dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Grande, Diagnósticos Regionais e Setoriais do Meio Ambiente, etc).

Finalmente, o decreto constitui o Grupo de Coordenação do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano, composto por representantes de diversos órgãos, sob a presidência do Secretário de Planejamento. O programa envolve diretamente as atividades de 48 órgãos estaduais, articula-se com 23 órgãos da esfera federal e abrange 31 Prefeituras Municipais, incluindo as 4 recentemente implantadas. Em documento separado, foi detalhado o Programa de Estudos para o Desenvolvimento da Região Oeste, expresando uma grande integração entre o Estado e a Universidade Federal da Bahia.

Concluindo, o programa criado mantém, basicamente, a estrutura proposta com as 3 vertentes principais (integração institucional, execução de projetos especiais de intervenção e elaboração de estudos estratégicos). Durante o ano de 1988, as ações básicas já foram iniciadas.

Cabe, em futuro próximo, uma avaliação geral dos resultados alcançados por este programa de desenvolvimento regional em uma área que vem sofrendo rápidas transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA. GOVERNADOR (1987-1991; WALDIR PIRES) *Programa de desenvolvimento econômico e social do oeste baiano*. Barreiras, 1987, 36 p. il.
- DINIZ, J. A. F. (Coordenador). *A área centro-ocidental do Nordeste*. Recife, SUDENE, 1962, 376 p. (Série Estudos Regionais, 8).
- HERMAMSEN, T. Development poles and development centres in national and regional development. Elements of a theoretical framework. In: *Growth poles and growth centres in regional planning*. Kuklinski, A. R. (ed.), Paris, Mouton, 1972, p. 1-67.
- SILVA, S. B. M. *Notas para a elaboração de um programa de desenvolvimento da região oeste da Bahia*. Salvador, Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, 1987.
- VERDESTO, J. J. *et alii*. *Caracterização física e agroeconômica da região dos cerrados do Oeste da Bahia*. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1987, 34 p.

RESUMO: O propósito deste trabalho é o de apresentar algumas observações, a pedido do Governo do Estado, como subsídio ao processo de implantação de um novo Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste da Bahia. Para tanto, considera-se que os critérios de eficiência e equidade aparecem como princípios básicos para a ação do Governo do Estado, aliado ao conceito de Região-Programa, ou seja, o de uma área submetida política e institucionalmente a um processo de planejamento integrado, envolvendo a efetivação de políticas, estudos, programas e projetos especiais. Baseado nisto, a Região Oeste do Estado da Bahia deveria corresponder à agregação das áreas geo-econômicas dos Chapadões (onde predomina o cerrado) e do Médio São Francisco (com predomínio da caatinga), por estarem integradas entre si e por abrangerem grande parte do oeste geográfico. Fazem parte da Região Oeste 31 municípios com uma área total de 163.467 km² e aproximadamente 800.000 habitantes.

Como resultado das discussões sobre o futuro do Oeste da Bahia, o Governo implantou o Programa de Desenvolvimento cujo termo de referência delimita a região-programa (com base nas considerações acima apresentadas), identifica o sentido de um programa para o Oeste Baiano (vontade política), analisa o processo em marcha na região (rápidas mudanças econômicas e sociais com a introdução de novas atividades agrícolas), apresenta as justificativas (de ordem estratégica e institucional), define a estratégia de intervenções e esclarece, também, o caráter político (aberto e participativo) do processo de planejamento. Além disso, é definido um conjunto de ações básicas a serem implantadas de imediato na região nas áreas da justiça e segurança, desenvolvimento social, infra-estrutura, produção e estudos. Durante o ano de 1988 as ações básicas já foram iniciadas devendo estar concluídas em 1991.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Regional, Programa de Desenvolvimento Regional, Oeste da Bahia.

ABSTRACT: *Elaboration of a development program for a "new region": case study of west Bahia*. A discussion of the creation of a new program for the social and economic development of West Bahia, which was commissioned by the State Government, is presented. The basis of the program is founded on economic and efficiency principles together with the concept of a Program Region. This concept refers to integrated planning of policies, research, programs and special projects, developed in a specific area. The West Region of Bahia will be formed by the aggregation of two distinct geographical areas, the Chapadões, where high plateaus predominate, and the Vale Médio São Francisco, a low dry scrubland. This area corresponds to 31 municipalities over an area of 163.467 km², with a population of 800.000.

The State Government development program is already underway, where the important growth processes have been considered, especially new agricultural activities. The program presents a strategy of action and defines the political character of the planning process. Social development, infrastructure, production, research, justice and security plans have also been incorporated. The plan was initiated in 1988 and will be concluded in 1991.

KEY WORDS: Regional Planning, Regional Development Program, West Bahia.

Recebido em 16-01-1989